

Maria Izabel Grein

Nós estamos aqui para falar um pouco de uma experiência, que é a experiência do movimento dos trabalhadores rurais sem-terra. Vocês já estiveram a semana toda discutindo, conversando, debatendo sobre os movimentos sociais. Então, eu estou aqui hoje para conversar sobre uma experiência de um grupo de trabalhadores que luta pela terra no Brasil: como surgiu esse movimento e por que surgiu esse movimento. Quando surgiu o Movimento Sem-Terra?

Nós podemos considerar que o Movimento Sem-Terra teve o seu período de gestação de 1978 a 1984. Em 1984 foi o primeiro Encontro Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra.

Mas o que fez com que esses trabalhadores se organizassem e lutassem por terra, se organizassem no movimento? O que aconteceu no período anterior? Eu não participei das palestras dos dias anteriores, talvez vocês já tenham conversado alguma coisa sobre isso.

Antes de 1964 houve muitos movimentos de trabalhadores em todo o Brasil. No Nordeste a Igreja teve um movimento muito forte que era o movimento do MEB,** que tinha o seguinte objetivo: “nós temos por objetivo conscientizar os camponeses e ajudar que eles se organizem, porque somente haverá reforma agrária se os próprios trabalhadores se mobilizarem para conquistá-la”. Com esse lema o MEB fez alfabetização de jovens e adultos, trabalhou a organização dos sem-terra na região e se organizou em diversos movimentos.

Um dos principais movimentos nesse período foram as Ligas Camponesas no Nordeste e, no Sul, o Grupo dos Onze (que fez diversos acampamentos no Rio Grande do Sul). Então, estes foram os movimentos mais fortes no período antes de 1964. Tiveram muitos outros movi-

* Este texto é transcrição da palestra. (N. da C.E.)

** Movimento de Educação de Base. (N. da C.E.)

mentos, mas eu não vou citar aqui. Com o golpe militar de 1964 toda a experiência dos movimentos sociais camponeses foi esmagada. De 1964 até 1968 penalizou-se violentamente o campo, expulsando as lideranças, acabando com os movimentos sociais que havia.

Por que isso aconteceu e por que só depois de 1968 a ditadura veio reprimir a área urbana com o AI-5 — Ato Institucional nº 5 —, em que não se podia nem fazer uma reunião que as pessoas já eram presas? Vocês já devem ter estudado essa história. Mas o que acontecia? Por que essa ditadura e o que aconteceu nesse período, nesses vinte anos de ditadura?

O capitalismo avançou no campo e a terra foi violentamente concentrada em todo o país. Se nós formos estudar um pouquinho da história, nós vamos ver que no Brasil nós temos uma história de latifúndio. A primeira divisão foram as capitânicas hereditárias, com o Brasil sendo dividido em doze grandes porções. Esta foi a primeira distribuição de terras no Brasil, só para nós recordarmos um pouquinho. E depois, de lá para cá, nunca se fez reforma agrária nesse país. Nesse período da ditadura militar o capitalismo avançou no campo, entrou a tecnologia, o trator, a máquina, os insumos importados e os pequenos agricultores perderam a terra. A terra foi se concentrando cada vez mais na mão de poucas famílias, de poucas pessoas.

Também há nesse período, na região Sudoeste principalmente, uma grande expansão do soja, pró-alcool, pecuária no Mato Grosso do Sul. Tudo isso foi fazendo uma mudança no campo brasileiro. Nesse período, milhares de famílias foram expulsas do campo para as cidades. Para quem queria permanecer no campo, o governo federal oferecia a colonização: “você quer terra, tudo bem: tem terra lá no Mato Grosso, tem terra em Rondônia, tem terra no Norte, nas fronteiras agrícolas”.

Então as colonizadoras no Rio Grande do Sul — eu não sei aqui no Paraná, nesse período a gente ainda era muito jovem — publicavam nas rádios o seguinte: “olha! Tem terra no Mato Grosso! Tantos hectares por tantos mil!”. E as pessoas vendiam o pedacinho de terra que tinham aqui e falavam: “fiz um bom negócio e agora eu vou comprar terra no Mato Grosso. Lá, sim, eu vou viver, porque com o que eu tinha aqui — 4, 5 hectares — eu vou comprar 100”. Achavam que isso era um grande negócio e, assim, centenas e centenas de famílias foram para Rondônia, novamente “amassar o mato”, como eles dizem. Mas essa de “terra para quem não tem terra” teve um limite.

Eu também queria acrescentar que as famílias foram não só para Rondônia, para o Mato Grosso. Elas foram para o Paraguai também. Isso só para a gente entender o movimento que aconteceu, depois, no Estado do Paraná. Em 1975, isso só num ano, 100 mil propriedades foram vendidas e os pequenos agricultores saíram dizendo: “vendi minha terra por um bom preço”. Lá, iam fazer sua nova terra. Mas por volta de 1976, 1977 e 1978 começou a volta de membros destas famílias que foram para a colonização.

Por quê? Porque lá eles não encontraram o que eles buscaram. Algumas famílias permaneceram e um grande número de famílias começou a voltar, ou porque perdeu familiares por causa da malária, ou porque o que produzia não conseguia vender, ou porque não tinha estrada, ou porque não tinha como sair com a produção... As famílias voltaram desiludidas pro Sul. E não só voltaram desiludidas, elas voltaram também sem dinheiro para comprar uma nova terra. Então, é nessa situação que o movimento sem-terra começou a se organizar; com essas famílias que voltaram do Mato Grosso. Em 1977, 1978 e 1979 começou toda uma discussão. Essas famílias e a sociedade começaram a se preocupar com o que estava acontecendo, com o problema da ditadura, do fechamento... A Igreja teve um papel importantíssimo.

A Igreja começou a organizar as Comunidades Eclesiais de Base. Aconteceu o Concílio Vaticano II, em 1965, depois veio a Conferência de Medellín. Começaram a se organizar as Comunidades Eclesiais de Base. As famílias que tinham pessoas desaparecidas começaram a buscar essas pessoas. E começaram os movimentos: movimentos pelos direitos humanos, movimento contra a carestia. O movimento sindical urbano e rural começou a ressurgir e começou também a campanha pra voltar eleições no país. As massas populares começaram a levantar a cabeça nesse período. Nesse período aconteceu a fundação da CUT, do PT... Os grupos de reflexão da Igreja tiveram um papel importantíssimo, principalmente no campo e nas periferias das cidades.

Em 1975, a Igreja, preocupada com a violência que havia no campo, principalmente no Pará e em Goiás — muitas lideranças dos trabalhadores continuavam desde 1964 sendo mortas —, criou a Comissão Pastoral da Terra (CPT) para acompanhar, assessorar e exigir o respeito aos direitos humanos. Em 1980 a Igreja publicou um documento aprovado pela Assembléia dos Bispos em Itaici, intitulado “A Igreja e os problemas da terra”.

Neste documento a Igreja levantou a principal tese para resolver o problema agrário do Brasil. Diz o documento: “a terra deveria ser para o trabalho e não para negócio”. Então, aqui, vem uma questão importantíssima para nós brasileiros! O Brasil tem uma lei de terras de 1850, de antes da abolição da escravatura. Eu não sei se vocês estão lembrados que a escravatura foi abolida em 1888! Antes da Abolição foi criada a primeira lei de terra do país, que vigora ainda hoje e diz o seguinte: “quem quiser terra tem que comprar, tem que adquirir essa terra; a terra tem um custo”. Por quê? Para que o negro nunca tivesse terra, para que o negro saísse da escravidão sem condições de adquirir um pedaço de terra.

Mas não é disso que nós queremos tratar. Eu só queria dizer que, com esse documento, a Igreja diz uma coisa que é bem o contrário do que diz a lei: ela diz que a terra não deve ser para negócio, mas deve ser para quem nela trabalha. Ao se pronunciar dessa forma, a Igreja provoca uma discussão muito grande na sociedade. Por quê? Porque toda essa visão capitalista desse período diz que a terra é para servir ao capital. Mas nesse período a Igreja trabalha muito a questão da Bíblia de que a terra Deus deu a Adão e disse a ele: “toma e cultiva e tira dela o teu pão. Por que o homem fez dela um instrumento de opressão? Por que agora o homem vende a terra?” Isso é só para ilustrar, para entender um pouquinho as raízes do movimento.

Então de onde o Movimento Sem-Terra nasce? Ele surge pressionado pelas famílias que estão voltando do Paraguai. Uma leva muito grande voltou do Paraguai para Mato Grosso do Sul. Aqui no Paraná houve a construção das usinas no rio Paraná, principalmente a Itaipu. No Rio Grande do Sul, houve a construção de muitas usinas no rio Uruguai. Estavam construindo essas usinas e os indígenas começaram a se organizar também, no pós-final da ditadura. Pelo direito à terra, pela demarcação das terras indígenas, pela expulsão das famílias de agricultores que estavam em cima de suas terras. Elas estavam ali porque durante a ditadura o próprio governo anunciava que os trabalhadores sem-terra podiam entrar nas terras indígenas. Então, aí se acumula um número muito grande de sem-terra.

Quem organizava essas famílias? Onde começou essa organização? Havia ocupação de terra em Santa Catarina, na Fazenda Burro Branco. No Rio Grande do Sul houve a ocupação da fazenda Brilhante e Macali, pelas famílias expulsas da área indígena de Nonoai. No Mato

Grosso havia acampamento, agora não tenho o nome de lembrança. Em São Paulo também havia acampamento. No Paraná havia ocupações e acampamentos. Nesse período entre 1978 a 1984, quem chamou esse pessoal? Era tudo muito isolado. O pessoal de Santa Catarina não sabia do pessoal do Rio Grande, que não sabia do pessoal do Paraná, que não sabia do pessoal do Mato Grosso. Mas era a Igreja que estava se reunindo.

A CPT se preocupava com a violência. Nesse período, também o Sindicato dos Trabalhadores Rurais retomava suas direções sindicais, porque, no período da ditadura, os sindicatos caíram nas mãos dos pelegos e quem estava na direção dos sindicatos não eram os trabalhadores, eram pessoas que estavam explorando os trabalhadores nos sindicatos. Então, os trabalhadores rurais começaram a retomar as direções deles. Foi a organização dos sindicatos com a Igreja que começou a chamar esse pessoal e foi fazendo a reunião desses trabalhadores sem-terra. Dessas ocupações, começou a discussão da organização de um movimento desses trabalhadores.

Depois nós tivemos um grande acampamento em Encruzilhada Natalino, onde mais de 600 famílias se organizaram em um mês. Acamparam na beira da estrada na esperança de conquistar um pedaço de terra e não aceitaram voltar para o Mato Grosso, ou melhor, ir para o Mato Grosso, porque apenas para algumas famílias era voltar pra lá. Um grande número de gente tinha ido para o Mato Grosso e já tinha voltado, estava de volta no Rio Grande do Sul.

Esse acampamento também foi um marco histórico na organização do movimento dos sem-terra. Então, as raízes do movimento estão na Igreja e nas oposições sindicais desse período. Das igrejas, não só a Igreja Católica, porque também a Igreja de Confissão Luterana, aqui no Paraná, foi uma das que deu muita força para a organização dos sem-terra.

E foi no ano de 1984 que aconteceu o primeiro Encontro Nacional de Trabalhadores Rurais Sem-Terra. Foi na cidade de Cascavel, aqui no Paraná. Neste encontro os sem-terra discutiram a organização do movimento, de um movimento autônomo de trabalhadores rurais, de um movimento massivo dirigido pelos trabalhadores, um movimento que passava pela organização do sindicato com o apoio da Igreja. Ali eles tiraram os princípios e os objetivos desse movimento.

Em janeiro de 1985, aconteceu o primeiro Congresso Nacional do Movimento dos Sem-Terra, também no Paraná, em Curitiba. O Paraná

foi o berço das grandes discussões do Movimento Sem-Terra. Aqui o movimento discutiu quais seriam suas bandeiras de luta e fez a opção de ocupar a terra. Os sem-terra invadem as terras? Não! Os sem-terra ocupam as terras que não estão cumprindo a sua função social. Então, o sem-terra ocupa, ele não invade. Esse congresso aconteceu com 1.500 delegados, com vinte estados presentes, e representantes de pequenas ocupações de terra de vinte estados.

Nesse mesmo ano de 1985 aconteceram as primeiras grandes ocupações em Santa Catarina, que deram origem aos grandes assentamentos no município de Abelardo Luz. No Rio Grande do Sul foi na fazenda Anoni.

Esse ano, o movimento está completando quinze anos de vida. O que aconteceu nesses quinze anos? Hoje o movimento tem 200 mil famílias assentadas. Conquistou terras para 200 mil famílias e 7 milhões de hectares. Essas famílias estão produzindo, estão vivendo a sua cidadania. O movimento organizou dentro dos assentamentos nove cooperativas centrais, 81 cooperativas locais de produção, prestação de serviços e comercialização e duas cooperativas de crédito. Temos também cerca de 45 unidades agroindustriais e conquistamos algumas linhas de crédito específicas, que são o PROCERA, de crédito para a produção. E o movimento está produzindo as primeiras sementes agroecológicas de hortaliças, em Bagé, no Rio Grande do Sul. Em Bagé, que é um município que favorece a produção de sementes de hortaliças, os assentados estão produzindo sementes agroecológicas, sem veneno, sem agrotóxicos e sem sementes híbridas. No Paraná, nós temos mais ou menos 11 mil famílias assentadas e 6.500 famílias acampadas. Temos uma cooperativa central e onze cooperativas de produção, prestação de serviços e comercialização e uma cooperativa de crédito.

Isso é um pouco das conquistas do movimento em termos econômicos, de número de famílias. Ma, para nós, a conquista principal foi assentar 200 mil famílias. Quantas pessoas são? Vamos pensar em cinco pessoas por família; então, são 10 milhões de pessoas?* Ou seja, 10 milhões de pessoas que reconquistaram a sua dignidade de cidadão, que reconquistaram a sua cidadania, porque essas pessoas hoje têm o direito de produzir nas suas terras, têm o direito de dizer “eu produzo,

* O correto seria 1 milhão de pessoas. (N. da C.E.)

eu estou contribuindo com a sociedade, eu estou alimentando a minha família, eu também estou produzindo para a sociedade”. Também têm o seu alimento na mesa, porque, dentro do Movimento Sem-Terra, dentro do assentamento, dentro das ocupações, a grande preocupação é com a pessoa humana, com a formação, com a escolarização dessas pessoas, com o resgate da dignidade.

E qual é a força que impulsiona o movimento, mesmo com a repressão, mesmo com as dificuldades que os movimentos sociais encontram para se organizar? Quando a crise é muito grande é mais difícil para o trabalhador, porque quando se está com muita fome é mais fácil aceitar um pedaço de pão de alguém do que se organizar para buscar a própria dignidade. Mas aquilo que é doado não dignifica as pessoas. O que dignifica as pessoas é aquilo que se conquista com o próprio trabalho, com a própria luta, quando diz “sou capaz de fazer”. É isso que eu pergunto para cada um de vocês: o que faz a gente feliz? É poder realizar alguma coisa que torna a gente feliz, é poder dizer: “olha eu estou contribuindo com a sociedade” ou “eu alcancei isso aqui, eu com o meu coletivo, com o meu grupo”.

Então, qual é a força que faz com que o movimento avance apesar de toda a problemática? É o pessoal que, nesse momento, está assinando esse abaixo-assinado. Nós, neste momento, aqui no Paraná e no Brasil, estamos enfrentando uma dificuldade muito grande diante do avanço do neoliberalismo, diante do avanço das propostas do governo contra os trabalhadores. O governo Fernando Henrique entrou com um programa novo para a reforma agrária, que é o Novo Mundo Rural. E o objetivo desse Novo Mundo Rural é acabar com a organização dos trabalhadores sem-terra. Para você entrar, conquistar um pedaço de terra, não precisa mais se organizar. Ele não diz como e em que condições se tem realmente possibilidade de adquirir terra com esse Novo Mundo Rural.

São essas as condições. No Paraná nós sofremos, nas últimas duas semanas, uma grande repressão dos fazendeiros e do governo do estado. Foram despejadas sete áreas. Nós estamos com 23 lideranças presas, estamos com um grande número de lideranças com prisão preventiva decretada e vendo que todos eles são trabalhadores. Seria bom que todos vocês pudessem conhecer essas pessoas, conhecer onde eles moram, como eles vivem, para saber que são gente inofensiva. E o governo fica dizendo que são pessoas de alta periculosidade para a

sociedade, só porque ocupam terra. Mas ocupar terra pra nós é vida, é resgatar a vida dessas famílias. Então, vou colocar alguns princípios do movimento, uma questão que para nós, para a organização, é muito importante.

O que é o movimento? É uma organização dos trabalhadores sem-terra e assentados, dirigida e organizada pelos próprios trabalhadores. É isso que dá vida para o movimento: o movimento é organizado desde a base, quer dizer, desde um acampamento. Por exemplo, um acampamento é organizado por grupos de famílias. Para cada necessidade existe uma comissão para resolver essa necessidade. Existe a comissão da infraestrutura do acampamento, que é responsável pela colocação dos barracos. Uma família não sabe construir direito os barracos? Então essa comissão vai lá e ajuda. Está faltando lona? A comissão organiza o pessoal para buscar lona, para comprar ou para conseguir com o prefeito, com o governo do estado ou com o INCRA. Isso quer dizer, então, que para cada necessidade existe uma comissão. Tem problema de saúde? Tem a comissão de saúde. Problema de higiene? Comissão de higiene. Problema de segurança? Comissão de segurança. Cada grupo tem um companheiro que faz parte dessa comissão em nível de acampamento.

As pessoas lá dentro se sentem importantes, porque cada uma delas tem uma tarefa para desempenhar. Tem a comissão de negociação, que é aquela comissão que vai negociar com o governo, com o prefeito, as suas necessidades. Isso faz com que todas as pessoas tenham chance de participar, de dizer o que pensam, e de contribuir, de fazer com que a organização avance. Isso se chama organização.

Outro princípio importante pra nós é a unidade de ação e disciplina. Todas as linhas, todas as ações que o movimento faz são discutidas por todos os membros do movimento, desde as instâncias de base até as instâncias superiores para tomadas de decisão. Uma vez tomada a decisão esta é encaminhada e aí há a unidade e a disciplina. Então, “a decisão é essa e nós vamos implementar isso aqui e vamos caminhar dessa maneira”.

Por que o movimento não se burocratiza? Porque ele é um movimento que está sempre em ação e vai se adaptando a cada realidade. Ele tem linhas políticas de ação e não leis fixas. É fácil você mudar uma determinação que foi tomada. Uma linha política pode ser implementada nas diversas regiões do país da forma que melhor se adapte a cada região. Por exemplo, nós aqui no Sul temos um jeito de agir, uma cultura. Uma

mesma linha política serve lá para o Nordeste, porque é uma linha política. Na hora de implementar, pode ser modificada na forma, mas a linha política ainda é a mesma porque a direção que é dada é a mesma. Só muda — às vezes — a forma de implementar essa linha.

Outra questão: a luta é o motor da história. A organização dos trabalhadores é o motor da história. Para cada necessidade se busca a solução e se faz uma luta massiva para resolver o problema. Nós estamos com um problema de escola lá dentro do assentamento. Então, vão se reunir os pais, vão se reunir as crianças, vamos ver como é que nós vamos resolver isso. Temos um exemplo agora bem recente, na área da educação, no assentamento Ireno Alves, em Rio Bonito do Iguazu, no Paraná. São 1.500 famílias assentadas, 2 mil alunos e setenta professores. O assentamento tem dois anos, é um assentamento recente e a maioria das escolas é de madeira. As escolas definitivas ainda não estão construídas, e nós temos aula do primeiro ano do primeiro grau até o segundo grau. O segundo grau foi implantado esse ano. E como foi isso? No final das férias os professores e os alunos começaram a discutir: “nós queremos o segundo grau aqui. Como vamos fazer sem escola?” Os professores, junto com os alunos, construíram as escolas de lona. Os alunos ajudaram a construir.

Mas quando chegou a hora de contratar os professores, a Secretaria de Educação, o Núcleo de Educação, começou a mandar seus professores. E os professores que tinham trabalhado e lutado pra construir as escolas estavam ficando de fora. Então, a criançada, a juventude disse: “mas como o professor fulano, que estava aqui, que ajudou a fazer a escola e a construir o barraco, agora não está aqui para dar aula? Como é que pode? Nós queremos esse professor aqui, porque ele estava aqui com a gente! O outro professor nem esquentou a cabeça e não está nem pensando como nós”. Os alunos se organizaram, foram à Secretaria de Educação e disseram à secretária, lá no Núcleo de Educação de Guarapuava: “nós queremos fulano e fulano lá na nossa escola. Esses professores mostraram que estão do nosso lado, ajudaram a gente a construir a escola e agora nós queremos que eles sejam nossos professores”. E os alunos conquistaram os professores que eles queriam, porque o povo se organiza e busca soluções para suas questões. Sempre de forma organizada, e sempre com todos os interessados naquela questão.

Outra questão que nós trabalhamos internamente é uma coisa que vem de dentro da Igreja. Nós aprendemos um pouco com a Igreja;

quer dizer, como o movimento teve as suas raízes dentro da Igreja e dentro do movimento sindical, nós aprendemos um pouco com cada um. Da Igreja nós aprendemos a questão mística. Que é a mística? É aquilo que impulsiona a gente, que joga a gente pra frente. Vocês estão vendo ali a bandeira do movimento. Essa bandeira pra nós é um símbolo muito importante e é trabalhada em todos os momentos.

Como é que foi construída essa bandeira? Eu me lembro como se fosse hoje. Em todos os grupos daquele momento, em todos os estados, foi discutido como é que ia ser a nossa bandeira, que bandeira nós queríamos para representar a nossa luta. Todos os assentados, acampados, nesse período de 1986, 1987, tiveram a oportunidade de dizer como é que eles queriam essa bandeira. Foi passando pelas instâncias até que saiu a bandeira que está ali. Quando as pessoas olham para a bandeira dizem: “eu ajudei a construir essa bandeira! Ali está um pedacinho daquilo que eu também sugeri”. Isso vai se tornando uma mística para nós, o valor... Algo que quando a gente olha pergunta por que construímos a bandeira dessa forma. É porque ela é um símbolo. Por que escolhemos o vermelho, por que escolhemos o casal, por que escolhemos o mapa do Brasil? Tudo isso é um símbolo para nós.

O vermelho quer dizer a coragem, a luta, a força e os companheiros que já tombaram. É o sangue dos companheiros que está ali. Tanto o sangue dos que já tombaram quanto o sangue que corre nas veias, o sangue que busca a dignidade, que busca a conquista de seus direitos. O casal é porque a luta dos sem-terra não é só dos homens. A família sem-terra é um homem, uma mulher e as crianças. Então, é por isso que está ali o casal, e nessa luta nós queremos que seja o homem e a mulher construindo novas relações de gênero, novas formas da gente se relacionar, sem oprimir a mulher e sem o homem ser reprimido. Na nossa sociedade o homem é reprimido e a mulher oprimida. O homem tem que reprimir os seus sentimentos e a mulher tem que ser reprimida para que a sociedade tenha maior benefício e maior acúmulo de riqueza.

O Movimento Sem-Terra é um movimento nacional. Nós queremos esse país produzindo comida para todos os brasileiros; não para alguns, somente. Então, a bandeira, para nós, é um símbolo muito forte, muito grande para todos os trabalhadores. Isso foi discutido em todos os cantos, em todos os lugares. O hino? É a mesma coisa, porque são os nossos dois maiores símbolos: a bandeira e o hino. As nossas ferramentas, a enxada, o facão, a foice, nós sempre trabalhamos com

esses símbolos, que para nós são muito fortes e muito importantes. Isso cria uma unidade entre as pessoas, cria um sentimento de pertença! “Eu faço parte desse grupo que tem esses símbolos como símbolos de unidade, de pertença, de confiança”! Existe uma confiança entre as pessoas.

Nós também estamos trabalhando dentro do movimento para a reconquista dos valores que a sociedade não cultiva mais. A nossa sociedade, hoje, é uma sociedade individualista. O grande valor é o dinheiro e a pessoa não importa. Dentro do movimento, nós estamos trabalhando muito a questão da solidariedade — solidariedade como um elemento muito forte entre os próprios trabalhadores sem-terra, deles com os outros trabalhadores e com todas as pessoas —, do valor da vida. O ser humano é o que existe de mais importante. A terra é importante, mas a pessoa é mais importante do que a terra. A terra é importante porque o ser humano é importante.

Trabalhamos também a questão do embelezamento. As nossas casas, mesmo que sejam barracos de lona, que sejam limpinhas, que sejam bonitas, arrumadinhas. Tudo que nós fazemos, que seja bem feito. É um papel que devemos encaminhar? Que esse papel seja limpinho. Ao redor de nossos assentamentos, de nossos acampamentos, vamos plantar árvores. Não vamos destruir a natureza, mas preservar o meio-ambiente. Estes são valores que nós estamos retomando como valores humanos importantes para construir uma nova sociedade.

No nosso meio, também o velho é importante. A pessoa aleijada tem que ter um espaço. Nós temos que encontrar uma forma de trabalho para um aleijado que temos lá no nosso meio ou para uma pessoa idosa que esteja lá. Ela tem que ter um espaço, um trabalho, tem que se sentir feliz e útil. Que a mulher também tenha o seu espaço. O jovem e a criança tenham seu espaço. Nós lutamos por isso, para retomar esses valores que o capitalismo despreza: “isso para nós isso não vale nada, velho não serve para nada, só para ganhar aposentadoria”, como diz Fernando Henrique, para quem tem aposentadoria demais. Quando a pessoa já contribuiu com a sociedade e tem experiência, tem muitos valores para transmitir para os jovens.

Queremos resgatar o valor do coletivo, da cooperação, contra as medidas individualistas. Nós, nos assentamentos, incentivamos a cooperação agrícola, para que todos os trabalhadores cooperem de alguma forma. Para que se organizem de forma associativa, não importa de que forma seja: se é uma forma mais avançada, se é uma forma de

organização ou se é uma associação para uso de uma máquina, se discutem só a produção. Mas que as pessoas se organizem de forma associativa! Que as nossas escolas também sejam uma escola onde o professor coopera com o aluno e o aluno coopera com o professor. A escola funciona em torno da comunidade do assentamento e da idéia de recuperar a cidadania, que nós já não tínhamos mais.

Um outro valor que nós também cultivamos é o poder sem privilégios. Ser da direção do movimento não é privilégio nenhum. Ser direção dentro do movimento é a maior enrascada, porque quem é direção não tem sábado, não tem domingo, não tem noite, não tem dia. Se a organização precisar, ela tem que estar presente. Se está acontecendo uma ocupação, se está iniciando um acampamento, se está tendo algum problema na produção, o dirigente deve estar presente. Sem receber uma remuneração maior do que a do outro e, às vezes, sem nenhuma remuneração — na maioria das vezes, porque o movimento não tem dinheiro. Então, ser dirigente é ter o poder de dirigir, não de ser maior que os outros.

Outra idéia que eu queria colocar é que o Movimento Sem-Terra, desde o seu início, luta para que não se fique pensando só na questão da terra. Nós precisamos da reforma agrária, e a reforma agrária é nossa bandeira de luta, mas nós não podemos ficar só achando que a reforma agrária vai resolver todos os problemas e que a reforma agrária vai acontecer dentro da sociedade do jeito que ela está organizada. Nós precisamos nos unir com as outras organizações, com os outros movimentos, com os trabalhadores que lutam por um Brasil novo, por um Brasil diferente. Por isso não podemos fazer uma luta corporativa e ter a reforma agrária como coisa só dos sem-terra. Hoje, nossa grande bandeira de luta é: “a reforma agrária é uma luta de todos”. É também de vocês estudantes, não é só nossa, dos trabalhadores rurais.

Mas o movimento também enfrenta muitos desafios. Eu vou colocar aqui alguns desafios que nós temos. Tem desafios que são permanentes, inerentes à luta, da luta com o latifúndio e da organização do movimento para se tornar sempre um movimento massivo. Um dos grandes desafios que nós temos é o da auto-sustentação. Como é que nós, um movimento de trabalhadores que não têm terra, que não têm nada, que perderam tudo, que não têm nada mais para perder, como vamos nos auto-sustentar? Então essa foi uma preocupação desde o início: “como é que nós vamos ter algum espaço de produção capaz de

sustentar esse movimento? Como é que nós vamos produzir alguma coisa para comercializar e daí tirar o sustento do movimento?” Nós já temos alguma coisa produzindo, mais ainda é insuficiente para o tamanho da organização e da exigência do movimento. Somos um movimento de trabalhadores e temos esse desafio ainda a superar.

Outro desafio é o desafio do conhecimento, do estudo. O movimento, desde a sua origem, estuda a possibilidade de acesso à universidade. Nós temos companheiros que têm o quarto ano primário e têm que ser da direção nacional. Então eu mesmo vou me fazer, vou me fazer um autodidata. Nós temos muitos companheiros que se tornaram autodidatas, e se não conseguiram atingir maior escolaridade, não deixaram de estudar, estudaram muito, e hoje eles podem enfrentar qualquer desafio em qualquer nível de discussão, porque eles se prepararam e continuam se preparando. Para nós, estudar é um desafio constante. Temos que estar sempre estudando, porque o que aconteceu com os sem-terra não foi só ter perdido o direito à terra. Dos sem-terra foi tirado todo o direito, todo o direito à sua dignidade. Foi tirado também o direito ao saber. Se a gente for conversar com as pessoas num assentamento, num acampamento, vai ver a dificuldade que tiveram estas pessoas de estudar, porque um dia o pai estava aqui, outro dia estava lá, e a criança um dia estava numa escola, outro dia na outra, outro dia não tinha como ir à escola que ficava muito longe. Mesmo hoje, nós garantimos estudo para todo mundo dentro do acampamento é um desafio muito grande.

Vocês todos estão numa universidade e provavelmente todos tiveram boas escolas até aqui. Num assentamento eu estava conversando um dia desses com um pedagogo e ele me falava a respeito desses alunos que estão no segundo grau. Fizemos para eles arrecadação de livros em Curitiba e compramos mais alguns. Foram os primeiros livros de romance, os primeiros livros diferentes dos livros de escola que eles pegaram para ler na vida. Com 17, 18 anos, nunca tinham lido um desses livros. Somente agora, pela primeira vez, eles tiveram a possibilidade de acesso a uma biblioteca. Sempre morando na roça, sempre indo de um lado para o outro, sempre freqüentando as escolas que não tinham biblioteca.

Para nós, organizar o setor de educação é um desafio constante. Nós estamos trabalhando nesse assentamento, mas nessa região aqui de Londrina nós temos doze assentamentos e temos pouquíssima organização. Então, por que tipo de educação estamos lutando? Estamos

lutando por educação pública, gratuita, de qualidade para todos. Essa é a nossa briga, porque lá dentro do assentamento nós não queremos uma escolinha a cargo do movimento. Nós queremos a escola pública, mas que o professor entenda a luta dos sem-terra, e que concorde e ajude os alunos a se organizar, os assentados a se organizar. Nós não queremos um professor que seja contra nós, contra nossa organização e contra nossa luta.

Um outro desafio é organizar a produção dentro dos assentamentos. Organizar o Sistema Cooperativista dos Assentados e organizar a produção, reeducar esse povo para produção. Hoje à tarde nós estávamos conversando com os professores da Universidade e a gente estava refletindo sobre isso. Nós, aqui no Paraná, temos realidades bem diferentes. No Sudoeste, todos são de origem de pequenos agricultores, que já têm a tradição da produção da pequena propriedade. A região Centro, que é onde existe esse grande assentamento de 1.500 famílias — e agora mais mil famílias que ocuparam ao lado, e toda a região de Cantagalo com mais de 800 famílias assentadas... Depois tem Pitanga, Santa Maria do Oeste e toda uma região extrativista, com famílias que vêm de uma outra origem, mas que hoje não têm mais tora, não têm mais pinheiro para cortar. Elas não têm mais árvores para cortar, não têm mais o que extrair da natureza. Elas têm que viver da agricultura. Como é que nós vamos fazer para que essas famílias aprendam a trabalhar na agricultura? E essa região aqui? Estamos agora com um grande número de famílias que são de origem de bóias-frias, que já é outra origem, outro método de trabalho, outra orientação. Como é que a assistência técnica vai trabalhar isso? Para nós, é um grande desafio organizar a produção, a comercialização, organizar para que o povo tenha garantida a sua subsistência e que o povo tenha garantida não só a subsistência, mas que ele aprenda a produzir o que vai comer e aprenda a comer aquilo que produz.

É todo um trabalho que está aí. Outro trabalho é a questão de gênero. Para nós, é um desafio, como para vocês também deve ser. Para a gente que pensa numa sociedade de iguais, a questão de gênero está sendo um desafio. Nós estamos trabalhando essa questão objetivamente como uma linha política há três anos, e agora no mês de janeiro nós tivemos uma reunião em nível nacional quando tratamos dessa questão: “nós vamos trabalhar dessa forma, assim, assim, nós vamos ter que organizar as cirandas infantis, para que as mulheres possam participar

dos encontros”. Onde tivermos um curso de formação, temos que ter uma ciranda infantil, e por aí afora. Que as mulheres tenham participação em todas as comissões. Como nós vamos trabalhar isso? Temos que trabalhar a consciência das pessoas. Na luta pela terra nós lidamos com o inimigo de fora. Na questão de gênero e na questão dos valores nós trabalhamos nossa formação: eu o ser humano, eu na minha subjetividade. Esse trabalho é um desafio para nós; temos muito o que trabalhar.

Um outro desafio que nós temos que recuperar é a cultura camponesa. Os valores que o camponês tem e a que a gente não dá valor. Aquelas coisas que ele fez e faz com muita qualidade e que às vezes a gente não valoriza. Então, retomar o que a sociedade não valoriza. Também ele esqueceu, também ele precisa retomar novamente, para que isso traga de volta a sua identidade de camponês.

Uma outra questão que eu queria trazer aqui e que para nós é muito importante, é que o movimento, desde a sua origem, trabalha a articulação com os outros movimentos camponeses da América Latina. O movimento também faz parte da organização dos movimentos camponeses da América Latina. Nós fazemos parte da Via Campesina e participamos também do CLOC (Conferência Latino-Americana das Organizações Campesinas do Cone Sul). Para nós, é muito importante porque estamos percebendo que não somos só nós, brasileiros, que vivemos numa situação difícil em relação à questão da terra. E como nós temos um grande número de brasiguaios voltando do Paraguai nesse momento, nós não podemos esquecer nossos irmãos paraguaios — e também o que foi a Guerra do Paraguai, o que representou o Brasil na Guerra do Paraguai; se a gente analisar um pouco, a gente quase chega a se sentir devedor para com o povo paraguaio. O neoliberalismo está se implantado em todos os países do Cone Sul. Então, nós também, como campesinos, como camponeses, como trabalhadores sem-terra, nós achamos que é muito importante não perder essa oportunidade de intercambiar, conversar, discutir os problemas dos trabalhadores da América Latina. Achamos que é de fundamental importância investirmos nessa tarefa.

Para concluir, vou voltar um pouco para aquilo que falei no início. Hoje o Movimento Sem-Terra, que nasceu em 1984, está festejando quinze anos de movimento. Para nós — assim avaliamos — o movimento tem uma contribuição a dar. Aos trabalhadores ele já deu uma contribuição grande, trazendo a dignidade a essas 200 mil famílias. Mas continuamos

tendo uma tarefa muito grande pela frente, porque nós precisamos que, nesse Brasil, o campo, os trabalhadores da agricultura, nos seus espaços, sejam valorizados como cidadãos. O cidadão urbano é valorizado. Por que o agricultor é menos do que um cidadão urbano? Ele está produzindo, ele é um profissional na sua tarefa. O meio rural tem que ser para ele um meio bom para viver, gostoso para viver, onde se possa ter educação com dignidade em todos os níveis.

Que o trabalhador rural tenha escola lá no campo para seu filho. Que não tenha que ir para a cidade. Que ele tenha luz elétrica, estrada boa, acesso à saúde, acesso à moradia, ao lazer, ao esporte, à previdência e, principalmente, à terra, que é o seu meio de produção, seu jeito de viver. Isso nós temos que conquistar para os agricultores e para o Brasil. Nós, como trabalhadores, e vocês, como estudantes, temos que construir um Brasil para os brasileiros, um Brasil para os trabalhadores desse país, que hoje não tem emprego — a grande maioria dos trabalhadores não tem onde trabalhar. Vocês estão estudando. Qual é o futuro de vocês? Vocês têm emprego garantido mesmo com o terceiro grau? Nós temos que nos unir para construir um projeto novo para o Brasil. Que o Brasil seja realmente dos trabalhadores.

Maria Izabel Grein é membro da direção estadual do MST-PR.